

Desvelando a trajetória profissional das educadoras na creche em um município no sul da Bahia

*Unveiling the professional trajectory of educators
in daycare in a municipality in South of Bahia*

DOI: 10.53660/inter-181-s324

Geane Silva dos Santos de Andrade

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

 0000-0001-7484-5864

geanemagno@yahoo.com.br

Cândida Maria dos Santos Daltro Alves

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

 0000-0002-3727-7623

candida_alves@yahoo.com.br

Nayara Bitencourt Andrade Oliveira Pinheiro

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

 0000-0002-3394-0790

naypinheirooli@gmail.com

Elioenai Santos de Santana Farias

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

 0000-0003-3983-7660

elioenaifarias@hotmail.com

Rosilane Maciel da Silva

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

 0000-0001-9247-0453

rosilanemaciel@gmail.com

Resumo: Neste artigo foi problematizada a trajetória profissional das educadoras na creche em um município no sul da Bahia, e suas impressões sobre concepções de crianças e infâncias. Para construção deste trabalho, seguiu-se como parâmetro a pesquisa-ação existencial sugerida por René Barbier (2007), em conjunto com os fundamentos teóricos e metodológicos orientados por Paulo Freire (2005), na obra “Pedagogia do Oprimido”.

Palavras-chave: trajetória profissional; educadoras; creche; crianças; infâncias

***Abstract:** This article discusses the professional trajectory of daycare educators in a city in South of Bahia, and their impressions about conceptions of children and childhood. To construct this work, we followed the existential action research suggested by René Barbier (2007) as a parameter, together with the theoretical and methodological foundations oriented by Paulo Freire (2005), in the work “Pedagogy of the Oppressed”.*

***Keywords:** professional trajectory; educators; daycare; kids; childhoods*

Introdução

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa mais ampla para dissertação do Mestrado Profissional em Educação – Formação de Professores da Educação Básica – PPGE, que vem problematizando e analisando as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas educadoras de uma creche em um município no Sul da Bahia. A investigação, dentre outros, vem se debruçando acerca das políticas educativas que provocam modificações na organização e desenvolvimento dessas práticas, desde os finais do século XX; bem como o perfil e trajetória dessas profissionais que trabalham com os bebês; e como vem ocorrendo a materialização das Diretrizes Curriculares Municipais (DCM) implementadas no município, a partir de 2012.

O presente texto, que consiste em um recorte da pesquisa maior, tem como objetivo dialogar com as profissionais da creche sobre sua trajetória profissional (como chegaram à creche, como foi iniciado o trabalho, formação inicial e continuada, período de trabalho, vínculo, entre outros) e o processo de materialização dessas políticas educativas na sua prática pedagógica. Por fim, analisamos as falas iniciais dessas profissionais sobre concepções de crianças e infâncias.

Para este artigo, seguimos norteados pela pesquisa-ação existencial sugerida por René Barbier (2007) acrescida dos fundamentos teóricos e metodológicos orientados por Paulo Freire (2005) na sua obra “Pedagogia do Oprimido”. As discussões teóricas foram fundamentadas nos trabalhos de Haddad (1993), Kramer (1995), Cerisara (2002), entre outros, bem como os marcos legais nacionais e locais que fazem parte da legislação brasileira.

Primeira etapa da educação básica: a creche em foco

No contexto brasileiro, a partir da década de 1980, no processo de redemocratização do país, o campo da Educação Infantil ganhou um grande impulso, tanto no plano das pesquisas e do debate teórico, quanto no plano legal e de políticas públicas. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vinculou esse atendimento à área educacional (artigo 208, inciso IV). Inseriu, ainda, mudanças no que tange ao tratamento dado à Educação Infantil, passando a ser, ao menos do ponto de vista legal um direito da criança, e não da mãe que trabalha. O Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA – 1990) destaca, também, o direito da criança a esse atendimento.

Nesses termos, à medida que esse direito à educação é traduzido em diretrizes e normas, em âmbito da educação máxima do país, temos, aí, representado o marco histórico regulador e orientador da política pública para a Educação Infantil brasileira. Esse direito está apresentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que tem como referência o texto da Constituição Federal de 1988 e do ECA (1990). A LDB, pela primeira vez na história das legislações brasileiras, proclamou a Educação Infantil como direito das crianças de zero a seis anos e dever do Estado (CERISARA, 2002).

Como instituição, a história da creche tem se dado em meio a enfrentamentos e debates, pelos movimentos sociais e de educação, assim, como por entidades ligadas a educação, que defendem o desenvolvimento integral da criança, às relações cotidianas entre seus pares e profissionais, organização do trabalho pedagógico, as práticas pedagógicas e a formação e valorização de seus profissionais. Essas demandas são consideráveis e indispensáveis para serem discutidas diante da atualidade que se vivencia na área da Educação Infantil no Brasil, em especial a creche, que tem estimulado novos rumos em relação da (re) construção de sua identidade.

Apesar do avanço significativo da legislação brasileira com a garantia do direito da criança à educação de qualidade desde o nascimento, o que temos presenciado, de fato, evidencia também tensões, limitações e até retrocessos. Tudo isso influenciado por um campo de muitas batalhas, envolvendo diferentes atores sociais, em prol da garantia do direito da criança a uma educação de qualidade, mostrando uma arena de desafios, a ser enfrentada no cotidiano da Educação Infantil.

Dialogando com os dados

A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada no município de Una/BA, sua população segundo dados do último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 25.287 habitantes. Participaram da pesquisa dezoito profissionais da creche, sendo quinze educadoras, uma auxiliar de desenvolvimento infantil, uma coordenadora e uma diretora, todas do sexo feminino, com incidência maior de idade entre 30 a 40 anos. As rodas de diálogos foram realizadas de agosto a dezembro de 2018.

Descrevendo o perfil dessas profissionais, no âmbito da cor/raça, apenas uma se autodeclarou negra. Nessa organização, sobre o tempo de serviço no Ensino Fundamental I, em média 40% das educadoras tinham até dez anos de experiência, enquanto na Educação Infantil, especialmente na creche, essa média subiu para 85%, até dez anos de experiência. Doze educadoras eram concursadas, e dessa quantidade, nove trabalhavam 20 horas do concurso e 20 horas de contrato.

Todas possuíam formação adequada para atuar na educação infantil. Apenas uma tinha formação inicial realizada na modalidade presencial; oito cursaram na rede privada; todas realizaram Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), contudo, nenhum trabalho direcionado a faixa etária de zero a três anos e onze meses.

Em relação à formação continuada apenas cinco educadoras fizeram o Curso de Especialização, sendo que, uma estava cursando ainda. Todas realizaram os cursos em instituições privadas e na modalidade Educação a Distância. Quanto ao TCC, todas realizaram, mas nenhum trabalho relacionado à creche.

Considerações preliminares

Quando começamos a dialogar com as profissionais, durante os encontros, à procura de respostas para o nosso problema de pesquisa, foi nos dada à oportunidade de olharmos mais de perto as nuances da realidade. Contudo, sabíamos que nosso olhar se reconstruiria a partir da vivência com aqueles sujeitos, mesmo estando na condição de pesquisadora implicada, sem, contudo, nos distanciarmos do lugar de educadora.

Durante os nossos diálogos, percebemos que esta era uma discussão que necessitava ser aprofundada, pois uma mudança no paradigma vigente, ainda enfrenta muitos obstáculos, entre estes, um dos mais complexos talvez, seja o pouco conhecimento por parte das profissionais sobre a legislação educacional brasileira e, consequentemente, a não reivindicação dos seus direitos constituídos.

Até o momento, a pesquisa nos mostrou que é inevitável avançar nessas questões. Os diálogos nos fizeram entender que, para avançarmos no debate, seria necessário continuar problematizando, junto com as profissionais, porque as práticas pedagógicas pareciam não se concretizar na creche, de acordo com as DCM.

Dessa forma, o tema proposto deveria ser continuamente, pesquisado e discutido. Não podemos cruzar os braços e acreditar que o assunto já se encontra esgotado. Sua amplitude apontou para estudos mais aprofundados. Afinal, ser profissional na creche não é uma profissão neutra, tampouco alienada.

Até aqui esta pesquisa parece nos permitir afirmar que as profissionais da creche necessitam de uma formação continuada concisa, fundamentada nos pressupostos teóricos da Sociologia da Infância e, também, amparada na legislação educacional brasileira, podendo contribuir, assim, para o desvelamento da identidade da creche, bem como para o desenvolvimento da prática pedagógica com os bebês.

Referências

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9394/96**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente. (1990)** 4ª. ed. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de publicações, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CERISARA, Ana Beatriz. **O Referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, nº 80, p. 326-345, set. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Recebido em: 01/03/2021

Aceito em: 20/03/2021

Publicado em: 30/03/2021